

Um público para a literatura oitocentista no Brasil: o exemplo dos emigrantes portugueses do Rio de Janeiro em 1860

Alexandro Henrique Paixão

O texto que segue é uma exposição algo esquemática e parcial de uma pesquisa mais ampla sobre os elementos constitutivos para o estudo do público literário no Segundo Reinado brasileiro.¹ O objetivo aqui é apresentar alguns resultados do trabalho, tendo como ponto de partida um problema sociológico específico: a despeito de um quadro de debilidade cultural que existiu no Brasil Império (que ainda apresentaremos), houve experiências privadas centradas em formas de sociabilidade próprias que deram origem à formação de públicos consumidores de literatura.² Existiram, portanto, para além dos círculos dirigentes do Império, nos quais as condições para a constituição de públicos eram mais propícios, espaços privados em que se constituiu um público consumidor, que precisa ser estudado.

E o interesse em investigar a questão do público está inscrito numa sociologia do público que se faz investigando o grupo social que dá suporte a um gos-

¹ Trata-se da minha pesquisa de doutoramento, intitulada "Elementos constitutivos para o estudo do público literário no Segundo Reinado brasileiro: os leitores dos folhetins de Alexandre Dumas, José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida e Fagundes Varela (1840-1860)", defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

² Em pesquisas desse tipo, em que não temos como fazer uma abordagem direta do público, mas lidar com os vestígios deixados, quase sempre os testemunhos de práticas plurais da leitura são inexistentes: a dificuldade em caracterizar o ato da leitura, e/ou a leitura efetuada, levou-me a escolher tratar de consumo literário (ou público consumidor) no lugar de leitores literários (ou público leitor, público literário). Essa escolha deve-se ao esforço de não tentar confundir o consumo do livro com sua leitura, já que o livro pode funcionar apenas como um ornamento, deixado na estante. Consumo sem leitura interessa dentro da perspectiva do ciclo econômico do livro, isto é, implica sua produção e circulação, mas não o ato de leitura em si. Sobre o conceito de consumo literário, ver: ESCARPIT, Robert. *Que sais-je? Le point des connaissances actuelles – Sociologie de la littérature*. Paris: Presse Universitaires de France, 1958. p. 117-119. A respeito das práticas da leitura, a lição é de: CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-103.

to literário, historicamente construído.³ Como aqui não haverá espaço para demonstrar como um público e um gosto literário se constituem, tomaremos apenas um exemplo em que determinado público já estava formado e atuando. Logo, a problemática é apresentar e caracterizar esse público, cujas experiências privadas de sociabilidade e literatura se deram dentro de um espaço próprio, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. O passo é em direção ao particular, mas sem desconsiderar o movimento geral da sociedade, na qual o estamento predomina e exclui os homens livres.⁴ Por isso, será dada alguma autonomia aos emigrantes portugueses do Gabinete, na medida em que suas opiniões e consumo literário, no período a ser estudado (de 1861 a 1870), estavam circunscritos à ação e à propriedade individual de um círculo fechado de homens que se sustentavam mutuamente graças às ações financeiras dirigidas para sua associação, onde funcionava uma biblioteca particular.

Diante disso, e almejando caracterizar esse público do Gabinete, dividirei meu argumento em dois passos: (I) indico a questão da debilidade cultural do Brasil Império tomando como referência formulações de três expoentes das ciências sociais brasileiras sobre o assunto; (II) sigo apresentando e caracterizando determinado público consumidor a partir de duas etapas: 1. Análise das variáveis: (a) “movimentação de leitores”, (b) “gosto literário” e (c) “perfil socioprofissional”; 2. Caracterização do público em termos histórico-sociológicos.

I. Iniciemos, então, com uma assertiva sociológica: a opinião pública no Segundo Reinado brasileiro era uma metáfora, porque gestada por poucos;⁵ e considerem-se “poucos” os círculos dirigentes do Império. Essa questão fora ini-

³ Cf.: SCHÜCKING, Levin L. *El gusto literario*. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.

⁴ No estamento o patriarca domina graças a um quadro administrativo estabelecido em torno do Imperador (Cf.: WEBER, Max. Os conceitos de poder e dominação. In: _____. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002, p. 107-108); esse quadro envolve um grupo de pessoas ligadas a sua tutela, não tendo nenhum poder para além disso. Isso porque no estamento as posições não têm dono e o único lugar intangível é o do Imperador. Não se trata de uma sociedade rígida, mas em se tratando de hierarquias sociais as regras são claras: não se interfere no estamento, a não ser sob o mando do Imperador, presente em todos os momentos. Cf.: FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. revista. São Paulo: Globo, 2001, p. 20-21.

⁵ Cf.: FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 77. A primeira edição desse livro é de 1974, pela Companhia Editora Nacional.

cialmente formulada por Machado de Assis no século XIX, mas seria na pena de Raymundo Faoro, na década de 1970, que ela ganharia espaço e também expressividade ao se juntar a outras vozes do período, que expunham questões semelhantes sobre a ausência de público no Brasil Imperial. Refiro-me a Antonio Candido, que no mesmo período publicaria, na França, depois no México e então no Brasil, “Literatura e subdesenvolvimento”,⁶ e a Luiz Costa Lima, que traria a público, poucos anos depois, sua *Dispersa demanda*.⁷ Guardadas as proporções em relação às diferentes perspectivas teóricas, todos os três afirmaram, no mesmo período e baseados na investigação do fato literário nacional, que no Brasil Imperial (a despeito da existência da literatura, da imprensa, do livro ou mesmo da constituição de espaços de sociabilidade, como os cafés, gabinetes de leitura, livrarias etc., sobretudo no Rio de Janeiro) a questão do público era uma metáfora, isto é, não gerava nenhuma realidade para além da tinta e do papel dos jornais e dos livros. Isso significava que não havia um público suficientemente independente no Brasil, capaz de liberar os escritores e suas obras da tutela do Estado Imperial, de fazer emergirem quaisquer experiências culturais autônomas. Estudar, portanto, a questão do público no país, no século XIX, revela-se para esses autores uma tarefa muito difícil, por conta de inúmeros problemas estruturais, dos quais seleciono alguns, a título de ilustração:

- analfabetismo;
- falta de meios de comunicação e difusão;
- ausência, dispersão ou fraqueza de públicos disponíveis para a literatura;
- impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente marginalizadas ou amadoras;

⁶ “Literatura e subdesenvolvimento” foi publicado pela primeira vez em uma tradução francesa de Claude Fell em *Cahiers d’Histoire Mondiale*, UNESCO, XII, 4, 1970; depois saiu em uma publicação coletiva em espanhol, *América Latina en su Literatura* (Coordinación y Introducción de César Fernandes Moreno), México, UNESCO/Siglo Veintiuno, 1972. Em português, o ensaio ganharia duas edições: *Argumento*, 1, 1, out. 1973, e pela Editora Perspectiva (São Paulo, 1979). Essas notas foram extraídas de: CANDIDO, Antonio. Nota sobre os textos. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2003. p. 217.

⁷ Costa Lima, Luiz. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

- inexistência de espaço público a ser ocupado pelos representantes de classes e/ou grupos sociais de fora da elite política já estabelecida;
- fatores econômicos e políticos gerais ligados à herança colonial e à subsistência de formas de governo pouco interessadas em políticas educacionais adequadas à capital e às províncias do Império.

No Brasil, portanto, entre o Primeiro e o Segundo Reinados, estavam ausentes todos os elementos necessários para originar uma experiência moderna de opinião pública. Diante dessas ausências, não haveria como se configurar um público ou uma opinião pública, a não ser nos espaços privados da sociedade carioca, onde se formavam apenas opiniões e manifestações literárias particulares que, em razão de seu caráter estritamente pessoal e subjetivo, não têm expressão para além dos limites da propriedade individual. Trata-se, portanto, de um quadro de debilidade cultural que afetou a vida intelectual brasileira no século XIX, formando aquilo que Luiz Costa Lima chama de “público rarefeito”,⁸ Antonio Candido de “literatura sem leitores”,⁹ e Raymundo Faoro de “opinião pública como metáfora”.¹⁰

Conforme indiquei, o interesse aqui não é o estudo da obra desses expoentes do pensamento brasileiro, mas atentar, inicialmente, para essa questão de época (1970-1980) dentro das ciências sociais brasileiras, representadas por esses autores, e para a qual converge a ausência de opinião pública no Brasil oitocentista. Essa problemática, portanto, deve funcionar como ponto de partida (*Ansatz*)¹¹ para introduzir o debate acerca de existir, por um lado, um quadro de debilidade cultural no século XIX brasileiro, mas, por outro, de ele não impedir que experiências privadas de sociabilidade gerassem públicos específicos. Refiro-me a uma situação particular representada pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1860, quando ainda esse espaço de sociabilidade e literatura era

⁸ *Ibid*, p. 3-26.

⁹ Cf.: CANDIDO, Antonio. *Literatura e subdesenvolvimento*, p. 140-162.

¹⁰ FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 77.

¹¹ Em linhas gerais, o termo se refere a problemas-chave que, uma vez reunidos, levem a um conhecimento mais profundo do objeto estudado. Cf.: AUERBACH, Erich. *Lenguaje literario y público en la baja latinidad y en la Edad Media*. [S.l.]: Ed. Española, 1966. p. 23-24.

frequentado somente pela comunidade portuguesa e atuava apenas dentro dos limites dessa associação e de suas agremiações.

Resumindo para finalizar essa primeira parte: a questão da opinião pública está cercada de elementos negativos, o que torna seu estudo previamente difícil. Contudo, se não podemos falar de manifestação de uma opinião pública no Brasil, no século XIX, conforme nos orientam esses autores, podemos falar sim em um público consumidor de literatura constituindo-se nesse momento e aquém dos círculos dirigentes. Mas antes de caracterizar o público que estudarei, devo adiantar que não terei condições de mostrar aqui quando a opinião deste deixou de ser estruturalmente privada para tornar-se pública.¹² Para isso, seria necessário expor o momento em que nossa sociedade estamental-escravista, até então apenas aberta às ações da propriedade individual, converteu-se em sociedade burguesa, entrou na lógica do capitalismo moderno e atualizou nosso capitalismo escravocrata. O processo é amplo e complexo, e o objetivo aqui é mais simples: trata-se apenas de mostrar que um público consumidor se formou em uma época que ficou conhecida pelas suas ausências, problemas estruturais profundos e pela opinião de que somente os círculos dirigentes gestavam a literatura existente.

II. Tendo em vista esse quadro de debilidade cultural da sociedade brasileira oitocentista, passo agora ao exemplo do público da década de 1860 no Rio de Janeiro que se apresentava como consumidor de literatura, mas que estava localizado fora dos círculos dirigentes.

I. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS: “MOVIMENTAÇÃO DE LEITORES”, “GOSTO LITERÁRIO” E “PERFIL SOCIOPROFISSIONAL”

Começo apresentando o quadro de (a) movimentação de leitores da biblioteca do Gabinete Português de Leitura de 1861 a 1870, período em que o público do Gabinete já estava constituído:

¹² Cf.: HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société burgeoise*. Paris: Payot, 1996.

ESCRITOS V

Ano	Leitores
1861	2938
1862	3145
1863	3152
1864	3002
1865	2145
1866	2109
1867	1315
1868	2183
1869	2250
1870	2295

Tabela 1: Movimentação dos leitores na biblioteca do Gabinete Português de Leitura (1860-1870)

A tabela se refere à movimentação dos leitores-acionistas da biblioteca durante dez anos. Estes leitores figuram entre sócios portugueses que pagavam uma mensalidade ao Gabinete e que podiam, além de desfrutar da biblioteca, ocupar cargos administrativos nas funções de presidente, secretário, tesoureiro e membros do conselho deliberativo, todos escolhidos pelos próprios acionistas por meio de votação em assembleias. Trata-se, portanto, de relações pautadas na propriedade individual e no interesse coletivo, voltado ao funcionamento da biblioteca, da associação e das suas agremiações, conforme ainda iremos conhecer.

No plano da simples constatação, vemos que o número de leitores aumenta nos três primeiros anos do decênio e decai vertiginosamente até o ano de 1867, ocorrendo um novo aumento até o início da década seguinte. Essa flutuação coincide com o movimento de entrada e de saída de livros da biblioteca ao longo da década:

Ano	Entrada e saída de livros
1860	33.819
1862	30.153

1863	29.993
1864	31.935
1865	26.965
1867	26.720
1868	25.760
1869	31.496
1870	38.459

Tabela 2: Movimento de entrada e saída de livros da biblioteca do Gabinete Português de Leitura.

Segundo a tabela 2, a movimentação (entrada e saída) dos livros na biblioteca é decrescente a partir de 1860, havendo uma reação no ano de 1864, que não se sustenta, e vai declinando, gradativamente, até o ano de 1868, acontecendo nova reação nos anos seguintes. Ambas as tabelas (1 e 2), portanto, indicam uma diminuição da movimentação dos leitores e da leitura entre 1867 e 1868, sendo que na virada da década há uma retomada da movimentação tanto dos frequentadores quanto dos livros na biblioteca.

Apesar de o primeiro declínio na movimentação de entrada e saída de livros ter-se dado em 1863, é a partir de 1865 e até 1868 que a movimentação dentro da biblioteca cai vertiginosamente (ver tabela 2), sendo que durante esses anos a associação passou por algumas mudanças:

1863: criação das “bases orgânicas” e do estatuto da Caixa de Socorros Pedro V;

1865: formação e eleição do novo Conselho Deliberativo;

1866: eleição da nova Diretoria;

1868: criação do Lyceu Litterario Português;

1868: publicação do catálogo suplementar.

Além desses investimentos em outras agremiações portuguesas e de mudanças internas, que sempre envolvem gastos e tensões por conta de disputas, houve

uma grande renúncia de associados durante a década de 1860. Nos “Relatórios da Diretoria” de 1868, por exemplo, ano em que mais diminuiu a movimentação dos portugueses na associação, o secretário Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos fez uma periodização das renúncias e lamentou que em 16 anos, de 1852 a 1868, renunciaram 875 acionistas e a cada dia o Gabinete convivia com aumento do número de renúncias. Tanto que em cada um dos relatórios havia um incentivo por parte do presidente e do secretário, no sentido de louvar os sócios que ajudassem a aumentar o número de acionistas e subscritores emitindo novas ações no valor de 10\$ mil-réis.¹³ E isso custava caro, especialmente em um período de crise como a década de 1860. Refiro-me à Guerra do Paraguai, que forçou o Estado Imperial a criar altos tributos, que acabaram endividando ou levando à falência muitas casas comerciais, entre elas a de muitos portugueses acionistas do Gabinete. Exemplo disso são as notícias trazidas pelo *Jornal do Commercio* e uma diversidade de anúncios de leilões promovidos por famílias portuguesas e de outras nacionalidades, que queriam vender tudo para saldar suas dívidas e pagar os tributos exigidos pelo governo para manterem seus estabelecimentos funcionando.

Outra explicação para as renúncias é que existiam também as dissidências dentro do próprio espaço de sociabilidade do Gabinete. Exemplo disso foi o surgimento de agremiações portuguesas no período, como o Grêmio Literário Português e o Retiro Literário Português, a partir da insatisfação dos portugueses com as diretorias eleitas na associação. Outra razão para as renúncias era a localização deste na rua dos Beneditinos, bem distante de uma das ruas mais frequentadas pela sociedade do Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor. A questão da localização do edifício merece alguma atenção, na medida em que o grande esforço da diretoria durante a década de 1860 foi aproximar novamente o Gabinete da rua do Ouvidor, tanto que em 1870 o prédio se transferiu para a rua Lampadosa (próxima à rua do Ouvidor), que, uma década depois, em homenagem às comemorações do terceiro centenário da morte de Camões, passou a se chamar Luís de Camões. O objetivo era atrair um público mais abastado e

¹³ A título de comparação, um mês de aluguel de uma casa no Rio de Janeiro era aproximadamente 20\$ mil-réis e o salário de um funcionário da iluminação era de 12\$ mil-réis.

de gosto europeizado,¹⁴ no lugar de apenas endividados comerciantes portugueses, vítimas dos altos tributos e dos leilões. Contudo, isso não ocorreu nesse momento, pois até 1870 o Gabinete foi frequentado e gestado apenas pelos emigrantes portugueses.

Enfim, todos esses acontecimentos, apenas indicados, influenciaram a movimentação da leitura dentro da biblioteca, merecendo destaque agora outra variável: (b) o “gosto literário” desses leitores, na verdade consumidores. Apesar de termos dados sobre a movimentação dos leitores e dos livros, não podemos descrever nem se leituras foram efetuadas, nem sugerir se todos os leitores arrolados na “tabela 1” leram e fizeram jus ao movimento do livro (tabela 2). É bastante difícil mapear essas práticas de leitura, especialmente porque não há testemunhos delas. Os únicos indícios que temos são os números apresentados nas tabelas e a confissão dos diretores sobre existir um gosto literário específico dentro da associação. Nesse sentido, se as práticas de leitura não podem ser caracterizadas devidamente, continuaremos falando em práticas de consumo e circulação do livro; logo, insisto no uso da terminologia *público consumidor* no lugar de público leitor. Dito isso, passemos à questão do gosto.

Na década de 1860 havia 33.000 volumes dentro da biblioteca, sendo que 6.000, aproximadamente, eram romances. Nos catálogos de 1858 e 1868, por exemplo, encontramos esses romances na divisão “romances, novelas e contos”. Tal seção pertence à área “literatura”, que possuía o maior número de volumes em relação às outras áreas, medicina, direito e história. A área “literatura” se constituía também pelas divisões “poesia” e “teatro”; entretanto, “romances, novelas e contos” representam o maior número de volumes dentro do acervo e parecem atrair o público consumidor, tanto que o movimento de entrada e saída dos livros se deve, sobretudo, aos romances, como indicam dois trechos dos relatórios da diretoria:

¹⁴ Trata-se de um público cultivado formado por escritores (poetas, romancistas, artistas, jornalistas), profissionais liberais (médicos, advogados, astrônomo), futuros dirigentes (políticos) e barões, cômicos, cônsules etc., todos frequentadores da rua do Ouvidor, onde se localizavam as livrarias e outros espaços de sociabilidade, como os cafés e restaurantes. Cf.: MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 59-61.

Sabido é que esse movimento aqui quasi se reduz às obras francezas, havendo pouca escolha a fazer nas da língua pátria. [...] leitura favorita continua a ser, como sempre, a de romances [...].¹⁵

A affluencia de pedidos é sempre para os romances; naturalmente, pois, a maior parte das obras entradas pertence a este gênero de literatura. Satisfazer os desejos dos Accionistas, sem faltar á aquisição das obras que podem interessar aos estudiosos, foi o que teve em vista a Directoria.¹⁶

Tanto o primeiro quanto o segundo excerto indicam a preferência literária dessa associação: o gosto pelo romance francês. Não tenho espaço aqui para estabelecer os nexos com o conjunto de preferências literárias da sociedade carioca, por isso vou limitar-me a indicar que esse gosto dos emigrantes portugueses pela literatura francesa é compartilhado por outros grupos localizados, por exemplo, na rua do Ouvidor, onde se encontram as livrarias francesas, os cafés, os restaurantes, as lojas da moda etc.

Nelson Schapochnik, que pesquisou os catálogos do Gabinete, constatou que, além dos franceses, há escritores de outras nacionalidades, como o escocês Walter Scott e o inglês Charles Dickens, o americano Fenimore Cooper, os portugueses Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano, e o brasileiro Joaquim Manuel de Macedo, entre outros, que figuram nos catálogos.¹⁷ Entretanto, a maioria dos volumes na divisão “romances, novelas e contos” é de escritores franceses e, entre eles, Alexandre Dumas é o de maior representatividade: Dumas tem 232 volumes, aparecendo em seguida Eugène Sue e Paul de Kock como os escritores

¹⁵ Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro* (apresentado em Assembleia Geral, 31 de dezembro de 1860, pelo respectivo diretor José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1860, p. 4.

¹⁶ Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro* (apresentado em Assembleia Geral, 31 de dezembro de 1861, pelo respectivo diretor José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1861, p. 4-5.

¹⁷ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, 1999. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

franceses mais representativos, em termos numéricos, no acervo. A título de ilustração, veja os romances de Dumas que apresentam o maior número de volumes, segundo os catálogos:

Títulos dos romances de Alexandre Dumas	Número de volumes em português	Número de volumes em francês	Total
<i>Memórias de um médico</i>	48	23	71
<i>Os moicanos de Paris</i>	53	14	67
<i>Os três mosqueteiros</i>	48	16	64
<i>La Dame de Volupté</i>	00	50	50
<i>Os quarenta e cinco</i>	26	9	35
<i>O conde de Monte Cristo</i>	14	8	22

Tabela 3: Relação das obras de Alexandre Dumas com maior número de volumes presentes na biblioteca entre 1858 e 1868.

No plano da simples constatação, vemos que *Memórias de um médico* (composto por outros romances – *Joseph Balsamo*, *Le Collier de la reine*, *Ange Pitou* e *La Comtesse de Charny*) tem o maior número de volumes dentro da biblioteca, e de *O conde de Monte Cristo* são apenas 22 volumes. É um dado curioso, por se tratar de um dos romances de maior sucesso no Rio de Janeiro na década de 1840, quando foi traduzido, pela primeira vez, no rodapé do folhetim do *Jornal do Commercio*.¹⁸ Contudo, vinte anos depois, o romance parece não interessar tanto ao público formado pela comunidade portuguesa, interessada menos pelo humilhado e, depois, vingador arrivista, Edmond Dantès, do que por Sebastian Gilbert, o estudioso e ambicioso médico das *Memórias*.

Com base em todos esses dados, pode-se afirmar que o Gabinete Português é um dos espaços de sociabilidade do Rio de Janeiro onde podemos localizar uma feição do público consumidor dos romances franceses, com destaque para os de

¹⁸ Desenvolvo essa questão em: PAIXÃO, Alexandro Henrique. 5. Brésil. Notes sur la réception d'Alexandre au Brésil au XIX^e siècle. In: *Alexandre Dumas. Sous les feux de la critique, Cahiers Alexandre Dumas*, 38, 2011, p. 126-133.

Alexandre Dumas. Como vemos, trata-se de um escritor de sucesso dentro de uma biblioteca particular, e, no entanto, nenhum de seus romances ocupa centralidade nesse espaço social, mas um gênero literário específico em que Dumas se destacava: o romance-folhetim francês.

Aliás, para além dos números, não podemos aprofundar nada em relação aos romances que eram lidos, nem mesmo saber precisamente quais ideias de Alexandre Dumas foram gestadas pelo seu público consumidor, neste caso, o público do Gabinete; afinal, não temos notícias sobre as leituras efetuadas. O único registro que poderia responder a essas questões, as fichas dos assinantes, não existe mais. Por outras palavras, sem acesso às desaparecidas fichas de empréstimos dos frequentadores da biblioteca ao longo da década de 1860, não há como saber quais volumes eram mais lidos e/ou emprestados. No limite, poderíamos indicar, estatisticamente, que Dumas possuía maior probabilidade de ser lido, estando seu romance *Memórias de um médico* na mesma condição. Mas isso é insuficiente para tentar responder quais eram as práticas das leituras dos emigrantes portugueses em relação a Alexandre Dumas ou a qualquer outro escritor e/ou obra. No entanto, havia uma tendência social dentro do grupo de portugueses do Gabinete: valorizar não apenas a literatura de Alexandre Dumas, mas todo e qualquer escritor de romance francês; e isso porque existia uma diretoria que satisfazia as necessidades desses consumidores comprando tais volumes e gestando um gosto literário durante toda uma década.

Ao todo são 2903 romances em língua francesa e 2784 volumes de obras traduzidas para o português na biblioteca (total de 5687 romances), em um intervalo de dez anos (1858-1868). Esse fato, a movimentação dos leitores e a entrada e saída de livros mostram que há experiências de consumo literário para além dos espaços elitizados da sociedade carioca. Aliás, além deste acervo de livros, temos de considerar a quantidade de jornais e revistas que estavam à disposição também dos frequentadores:

O Americano;
A Ástrea;
O Brasil;
O Brasil Ilustrado;
O Correio Mercantil;

O Correio da Tarde;
O Despertador;
Diário do Rio de Janeiro;
O Farol;
Gazeta dos Tribunaes;
Jornal do Commercio;
O Maiorista;
A Marmota;
Nova Gazeta dos Tribunaes;
Periódico dos Pobres;
Sentinella da Monarchia;
Sentinela do Throno;
O Socialista;
A União;
O Cruzeiro;
Gazeta de Notícias;
Diário Official;
Diário de Pernambuco;
Gazeta da Bahia;
Jornal do Commercio (Lisboa);
Diário do Governo (Lisboa);
O Commercio do Porto (Lisboa);
Da América (Lisboa);
O Commercio Portuguez (Porto);
Jornal do Porto;
Revue des Deux Mondes;
Journal d'Agriculture Pratique;
Le Monde Illustré;
Journal de Débats;
Le Figaro;
The Anglo-Brazilian Times;
The Nineteenth Century;
The Illustration London News;
Allgemeine Deutsch Zeitung;

La Ilustracion Española y Americana;
The New York Herald; e
Rivista Europa.

Como vemos, livros e jornais estavam à disposição de um público consumidor que não pertencia à elite carioca ou aos círculos dirigentes, mas a uma espécie de classe média em gestação,¹⁹ conforme caracterizaremos a partir de outra variável: (c) “perfil socioprofissional” do público do Gabinete.

Apesar de vários esforços na tentativa de mapear os frequentadores da biblioteca do Gabinete, foi possível listar e caracterizar somente 36 nomes de portugueses que adquiriram ações (convertidas em mensalidades no valor de 10\$ mil-réis para sócios novos e 6\$ mil-réis para sócios antigos) e começaram a partilhar da vida do Gabinete a partir de 1860, seja na posição de simples acionistas, seja como membros da diretoria. São eles:

José Peixoto de Faria Azevedo;
José Pereira Soares;
José de Almeida Soares de Lima Bastos;
Manoel José Gonçalves Machado Junior;
Antonio José da Costa Braga;
Visconde de S. Christovão;
Antonio Xavier Rodrigues Pinto;
Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos;
João Gonçalves Lima Camacho;
José Bento Ramos Pereira;
Reinaldo Carlos Montóro;
José Antonio Pereira Duarte;
João José de Amorim Coelho;
Julio Ernesto de Castro e Souza;
Antonio Fernandes;
Antonio Pereira Berbedo;

¹⁹ O termo “classe média em gestação” é de Marlyse Meyer (*As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 90).

Albino de Freitas Castro;
Antonio da Costa Ramalho;
Antonio Gonçalves de Lima Camacho;
Antonio Joaquim Coelho da Silveira;
Antonio José Alves Coelho;
Antonio Teixeira da Silva Barroso;
Bernardo Ribeiro de Freitas;
Boaventura Gonçalves Roque;
Constantino Joaquim d’Azevedo Lemos;
Henrique Pereira Leite Basto;
João Thomé da Silva;
Joaquim Bernardino Pinto Machado;
Joaquim da Costa Ramalho Ortigão;
José Joaquim Ferreira Margarido;
Manoel Antonio Gonçalves Roque;
Manoel Leite Bastos;
Manoel Rodrigues de Oliveira Real;
Bento Rodrigues Marques;
Joaquim Augusto da Cunha Porto;
Joaquim da Silva Mello Guimarães;

Não vou caracterizar cada um dos indivíduos arrolados acima, mas indicar que, entre os nomes pesquisados, a maior parte pertencia à diretoria, dividindo-se entre as funções de presidente, secretário, tesoureiro e membros do conselho deliberativo. Quanto ao perfil socioprofissional, destacam-se os caixeiros, estando também a grande maioria vinculados a outras agremiações portuguesas, como a Caixa de Socorros Pedro V e a Sociedade Beneficência Portuguesa (ambas associações de caridade), o Liceu Literário Português (escola), que dependiam administrativamente do Gabinete. Quanto ao local de origem, todos provinham de Portugal (Porto, Lisboa, Viana do Minho [atualmente Viana do Castelo], Aveiro etc.), tendo o período de emigração para o Brasil compreendido os anos de 1830, 1840 e 1850. Em resumo, não estamos tratando aqui de representantes da elite brasileira, mas de uma pequena parcela pertencente aos estratos médios. Vale destacar que, em relação à população geral e livre do Rio

de Janeiro, os portugueses do Gabinete representavam apenas 5%, enquanto toda a comunidade portuguesa equivalia, aproximadamente, a 30% da população livre na capital do Império – voltarei a isso.

Apesar do grande número de frequentadores da biblioteca – a média aproximada é maior que mil e menor que 1.500 portugueses por ano na década de 1860 –,²⁰ foi possível caracterizar menos de 5% dos acionistas, sendo que a maioria aparece como membros da diretoria.²¹ Minha hipótese, portanto, é que estes 5%, representados por 36 acionistas, são a amostra possível do público frequentador do Gabinete, conseqüentemente, da sua biblioteca; contudo, reitero, se realizam práticas de leitura, isso não podemos saber, pois não há documentos que o atestem. Trata-se de um público formado em sua maioria por comerciantes, agraçados às vezes com comendas, e conhecidos como a classe caixeiral no Rio de Janeiro, formada no seio da emigração portuguesa para o Brasil.

É dentro dessa comunidade portuguesa que encontramos alguns dos emigrantes que compunham o quadro de sócios do Gabinete Português de Leitura, caixeiros e que vieram para o Brasil nas mesmas condições de todo emigrante: ainda jovens, chegavam à cidade para trabalhar no comércio e aos poucos se estabeleciam, graças aos favores encontrados no seio da comunidade portuguesa ou junto às comendas do Imperador; isso aconteceu com quase todos os emigrantes portugueses que se tornaram membros da diretoria do Gabinete Português de Leitura e depois adquiriram comendas.²² Contudo, além desses futuros bem-sucedidos emigrantes portugueses, não podemos deixar de mencionar que, entre os estrangeiros que chegaram ao Brasil a partir do Segundo Reinado, também existia uma massa de gente pobre, analfabeta e sem futuro próspero, tanto que assistimos nas décadas de 1870 e 1880 a um grande investimento por parte dos emigrantes portugueses estabelecidos em tentar diminuir a miséria daqueles que chegavam ao país e não alcançavam meios de subsistência. Um bom exemplo des-

²⁰ 1860 = 1325 acionistas; 1867 = 1340 acionistas; 1868 = 1414 acionistas, sendo 1264 efetivos, 70 ausentes e 80 remidos; 1869 = 1620 acionistas, sendo 1394 efetivos, 21 honorários, 78 ausentes e 127 remidos.

²¹ Apesar dos esforços empenhados durante a pesquisa, contando com o apoio da presidência e de funcionários do Gabinete, muitos arquivos e documentos referentes ao século XIX não foram localizados.

²² Contudo, essa fase de ascensão dos emigrantes portugueses através dos títulos é uma marca da década de 1870, mas isso é outro assunto.

ses investimentos são as próprias agremiações assistenciais portuguesas, como a Sociedade Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros Pedro V, que ocuparam papel importante dentro da comunidade portuguesa carioca, favorecendo esses desterrados com os meios necessários para sobreviverem no país: ofereciam trabalho aos adultos e educação às crianças. E dentro dessas associações e também no comércio destacam-se os caixeiros, isto é, aqueles emigrantes que se estabeleceram, organizaram-se e conquistaram alguma posição sempre dentro da comunidade e nunca em relação aos círculos dirigentes.²³

Diante disso, se retomarmos a primeira variável, (a) “movimentação dos leitores”, e combinarmos com essas poucas (c) características do público, podemos indicar que essa pequena parcela de acionistas frequentadores da associação foi uma das responsáveis pela movimentação, flutuação da leitura e manutenção de um (b) gosto literário francês ao longo da década de 1860.

Feitas as contas, literatura francesa e imprensa periódica no século XIX não foram somente gestadas pela elite brasileira: alguns representantes dos estratos médios deram suporte a elas também. Inspirados pela produção literária difundida pelos livros e jornais presentes no acervo da biblioteca do Gabinete Português de Leitura, notamos que homens em sua maioria – uma vez que, nessa época que estamos estudando, as mulheres participavam somente das associações de caridade, que não deixavam de estar vinculadas ao Gabinete –²⁴ buscaram dar suporte aos textos impressos, levando-nos a criar outro universo de sentido em torno da assertiva de que os jornais e livros estavam próximos somente da elite e distantes dos homens livres.

E por falar em elite e homens livres, se quisermos pensar em estrutura de classe no Segundo Reinado e tentar visualizar uma hierarquia social, os caixeiros viriam na base da pirâmide, acima dos escravos. Digo isso baseado

²³ É importante destacar que a Sociedade Beneficência Portuguesa foi criada em 1848 pelo fundador do Gabinete Português de Leitura, Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, enquanto a Caixa de Socorros Pedro V é de 1863, também criada pelo Gabinete na gestão do presidente José Peixoto de Faria Azevedo. Entretanto, baseados nos relatórios dessas agremiações, vemos que ambas atuaram *fortemente* dentro da comunidade portuguesa a partir dos anos de 1870 e 1880, o que foge ao meu recorte.

²⁴ Foi a partir de 1870 que encontrei três mulheres atuando como acionistas dentro do Gabinete Português de Leitura. A fonte é um documento manuscrito intitulado “Livro do Copiador”, mas o assunto foge ao recorte deste artigo.

nas sínteses de Raymundo Faoro: para além do dualismo senhor rural e escravo, poderíamos esquematizar uma hierarquia social em cujo topo estaria o intangível imperador, vindo logo abaixo, lado a lado, os senhores de terras e de escravos, os prósperos comerciantes, os banqueiros, os capitalistas que viviam de renda e também os executores e dirigentes das decisões do Estado (aristocracia imperial). Depois havia o grupo não integrado à aristocracia imperial, conhecido como classe lucrativa, aparentemente uma aristocracia aburguesada e dividida entre comerciantes (importadores e exportadores), credores, financiadores da produção agrícola, financiadores de bens de consumo e de escravos, comissários e transportadores de bens de consumo e de escravos também. Em seguida, vem a classe média não integrada à corte, formada pela pequena empresa pré-capitalista, os profissionais livres, dentre os quais os caixeiros, estando logo abaixo desses os escravos.²⁵

Como vemos os caixeiros podiam estar inseridos hierarquicamente na sociedade estamental, mas seus vínculos passavam por outras esferas econômicas, que não eram a da escravidão. Era com o setor terciário, um ramo de atividade econômica pouco desenvolvido durante o Império, que os caixeiros estavam ligados. E como esse setor demoraria a ganhar maior atenção e investimento dos círculos dirigentes somente com o fim da escravidão, a classe caixeiral também demoraria a ascender socialmente no Brasil: teríamos que aguardar o desenvolvimento da agricultura do café, as investidas políticas e manobras econômicas que culminariam com o fim da escravidão e o forte investimento na imigração no início da República etc. Como vemos o processo é amplo e coincide com o surgimento da classe média brasileira, mas não há espaço aqui para exposição desse complexo quadro de mudança estrutural. Nessas condições, vou me limitar a caracterizar apenas em que condições histórico-sociais os caixeiros se estabeleceram no Império. O objetivo é dar algum lastro ao público do Gabinete.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO EM TERMOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS

Quanto ao perfil socioprofissional do público do Gabinete, a classe caixeiral, trata-se de uma espécie de classe média em gestação, de origem urbana, jovem

²⁵ Ver: FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 14, 40, 172, 204, 249, 269, 294-295, 307-308 e 326.

e masculina. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, os caixeiros emigrantes eram em geral adolescentes pobres que vinham de Portugal para trabalhar no armazém de algum parente já estabelecido no Rio de Janeiro. Eram pobres porque trabalhavam durante um ano sem remuneração a fim de reembolsarem as dívidas de transporte que contraíram para se deslocarem de Portugal ao Brasil. Uma vez estabelecidos, esses jovens tendiam a ascender à condição de representantes comerciais em outras cidades do interior, ou então assumiam a sucessão das casas de comércio no Rio.²⁶ Além disso, a grande maioria dos comerciantes do Rio de Janeiro que os contratava preferia que eles fossem solteiros e não morassem fora do emprego, assim estariam sempre à disposição para qualquer serviço, o que caracteriza o trabalho dos caixeiros como um trabalho doméstico. Caso fossem casados, seria melhor que não tivessem filhos.²⁷ Por fim, eram na sua maioria homens: entre quatro portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro, três pertenciam ao sexo masculino.²⁸

Como vemos, trata-se de um grupo privilegiado e que competiu com os brasileiros livres e outros estrangeiros pelos raros empregos no setor terciário brasileiro. Quanto aos estrangeiros, principalmente ingleses e franceses dominavam também a cena carioca: os primeiros foram favorecidos pela abertura dos portos em 1808, que fez o Rio de Janeiro receber, além de negociantes ingleses, trabalhadores para atuar no comércio, sobretudo atacadista, já que o varejo era dominado pelos portugueses. Essa situação gerou uma concorrência dentro do comércio urbano da corte, bem como levou os negociantes portugueses a incrementarem seus negócios, sendo a presença dos caixeiros elemento fundamental, sobretudo por trazer a organização e o conhecimento de escrituração mercantil

²⁶ Cf.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1852-1870. *Novos estudos CEBRAP*, n. 21, julho de 1988, p. 34.

²⁷ Cf.: Os caixeiros como grupo socioprofissional. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, parte 1, p. 41.

²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários... *Novos estudos CEBRAP*, p. 41; ver também: LUSTOSA, Isabel; PIÑERO, Theo Lobarinhas. *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

para as lojas de portugueses pouco instruídos.²⁹ Em relação aos franceses, beneficiados com o acordo de paz entre Portugal e França, a grande maioria eram negociantes e responsáveis pelo desenvolvimento do comércio de roupas, livros, objetos de decoração, moda, cabeleireiros etc., e também de pequenas indústrias de calçados, chapéus, charutos, móveis etc.³⁰ Entretanto, não podemos deixar de destacar que, se entre os negociantes disputavam portugueses, ingleses e franceses, entre os caixeiros o elemento português era predominante.³¹ Acerca dos outros homens livres, vale indicar que disputavam as poucas oportunidades de emprego também os artesãos e operários. Nos termos de Luiz Felipe de Alencastro, trata-se da comunidade formada pelos proletários urbanos e rurais, que chegaram ao Brasil após o fim do tráfico negreiro.³²

Especificamente sobre o grupo socioprofissional dos caixeiros, sua presença está relacionada à vinda da Corte portuguesa para o Brasil e ao surgimento das lojas de abastados e obtusos negociantes portugueses do Rio de Janeiro:

Os caixeiros eram peças extremamente importantes na engrenagem de funcionamento das lojas e dos negócios. Realizavam os pagamentos e cobranças, cuidando ainda de toda a escrituração dos negócios dos patrões. O fato de conhecerem os mecanismos de escrituração mercantil tornou-os indispensáveis aos comerciantes da Corte, via de regra sem a menor noção destes conhecimentos.³³

Os caixeiros constituíam um grupo que ocupou a partir do Primeiro Reinado uma posição intermediária, detendo o controle do setor comercial-varejista do Rio de Janeiro. Depois dos conflitos gerados pela emancipação política de 1822,

²⁹ Cf.: MARTINHO, Lenira Menezes. Os valores patriarcais e a organização do trabalho nas firmas comerciais. In: _____. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*, p. 69-74; ver também: LUSTOSA, Isabel; PIÑERO, Theo Lobarinhas. Malditos ingleses. In: _____. *Pátria e comércio*, p. 124-137.

³⁰ Ver: MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. Evolução comercial. In: _____. *O Rio de Janeiro imperial*, p. 275-278.

³¹ Sobre as disputas entre negociantes no período joanino, ver: LUSTOSA, Isabel; PIÑERO, Theo Lobarinhas. Franceses *versus* ingleses. In: _____. *Pátria e comércio*, p. 138-141.

³² Cf.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários... *Novos estudos CEBRAP*, p. 34-35.

³³ MARTINHO, Lenira Menezes. Os caixeiros como grupo socioprofissional, p. 38.

o Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, firmado por Brasil e Portugal, favoreceu exclusivamente Portugal e os emigrantes portugueses no país,³⁴ excluindo as outras nações, como Inglaterra e França: “[...] os súditos de ambas as nações portuguesa e brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga, e seus direitos e propriedade religiosamente guardados e protegidos”.³⁵ A situação beneficiava completamente os negociantes e caixeiros portugueses nas zonas urbanas brasileiras: os primeiros, porque tinham total autonomia e proteção para gerir seus negócios, como a liberdade de subir os preços dos produtos comercializados, inclusive os importados; os segundos, porque eram as únicas mãos de obra livres que gozavam de oportunidades de emprego; afinal, havia entre os negociantes, mesmo em se tratando dos ingleses e franceses, a preferência pelos caixeiros portugueses.³⁶

³⁴ O número de comerciantes brasileiros nascidos ou temporários em Portugal, nos primeiros anos da independência, era bem pequeno em relação à grande quantidade de portugueses residentes e trabalhando no Brasil. Logo, a vigência da cláusula de nação mais favorecida, declarada no Tratado de Paz e Aliança, tinha impacto maior sobre os imigrantes portugueses do que sobre os imigrantes brasileiros. Cf.: MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)*. Tese – (Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). USP, São Paulo, 2007, p. 68-69.

³⁵ “Tratado de Paz e Aliança” apud José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, p. 68.

³⁶ Ver: MARTINHO, Lenira Menezes. Os caixeiros como grupo socioprofissional, p. 37. Vale destacar que, em 1822, havia 1619 casas de negócios no Rio de Janeiro. Aproximadamente vinte anos depois, em 1840, havia 3501 casas comerciais licenciadas na cidade, sendo que 2417 pertenciam a brasileiros natos ou naturalizados e 1084 a estrangeiros. Em 1843, os números atingiam 4734 casas comerciais. Cf.: MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*, p. 274. Esses números, de fato, são bastante expressivos, sobretudo quando recordamos que a vinda da Corte para o Rio de Janeiro não trouxe nenhum “progresso” inicial, ao contrário, ajudou a aprofundar a situação de precariedade estrutural que já existia na nova sede da Coroa. Na verdade, quem voltar os olhos para os dias de 1808 terá a impressão de que não havia meios de verdejar nos espaços urbanos qualquer alteração da situação econômica, conservada pela economia escravista. E estará com a razão, pois o crescimento do comércio foi lento, e demorou alguns anos para que as casas dos negociantes portugueses e outros estrangeiros se estabelecessem no Rio de Janeiro e gerassem qualquer necessidade de mão de obra livre. A respeito da pobreza da família real e do surgimento lento das casas de negociantes, na passagem da Colônia para o Reino, ver: LUSTOSA, Isabel; PIÑERO, Theo Lobarinhas. *Pátria e comércio*, p. 112-123.

E em uma sociedade marcada por poucas oportunidades de emprego, pelo predomínio do trabalho escravo e marginalização da população nativa,³⁷ ter trabalho e conseguir ascender socialmente, como acontecia aos caixeiros portugueses, despertava na população livre brasileira uma espécie de insatisfação com a “sorte” lusitana. E o resultado foi a criação de uma publicidade cômica em relação aos caixeiros bem-aventurados, sendo a imprensa, a literatura e o teatro³⁸ os grandes responsáveis pela elaboração de uma mentalidade antilusitana, carregada de discursos dissimulados, certas vezes hostis sobre os portugueses. Como não há espaço para desenvolver essa questão aqui, indico apenas a problemática do antilusitanismo, e sigo destacando que o que importa agora é saber da presença desse grupo social no Rio de Janeiro Imperial, uma comunidade de emigrantes lusitanos restrita aos espaços privados da comunidade portuguesa, cujo melhor exemplo é o Gabinete Português de Leitura.

Falta ainda tratar da questão da emigração como um problema de época. Basta recuperar os cinco primeiros anos da década de 1850 para encontrar nos três principais jornais do Rio de Janeiro o assunto sendo debatido amplamente. Exemplifico com uma notícia publicada na primeira página do *Correio Mercantil*, em meados da década de 1850, que realizava um balanço sobre o movimento da população no porto do Rio de Janeiro em quatro anos:

³⁷ Ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários... *Novos estudos CEBRAP*, p. 30. Para entender a situação precária do trabalhador livre e a pouca oportunidade de emprego, é necessário considerar a grande oferta de mão de obra escrava no mercado, sobretudo escravos de aluguel ou de ganho das zonas urbanas, e a presença dos caixeiros, tudo isso influenciando as condições do trabalho livre no Rio de Janeiro, entre a Independência e a Regência. Cf.: MARTINHO, Lenira Menezes. Os caixeiros como grupo socioprofissional, p. 43-44.

³⁸ Sobre a publicidade antilusitana na imprensa e as farsas teatrais, ver: JAROUICHE, Mamede Mustafa. Introdução: galhofa sem melancolia: as *Memórias* num mundo de Luzias e Saquaremas. In: ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, p. 16-59; _____. *Sob o império da letra: imprensa e política no tempo das Memórias de um sargento de milícias*. Tese (Doutorado na Área de Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), São Paulo, Universidade de Paulo, 1997, p. 181-187. Ainda em relação ao antilusitanismo na imprensa, mas do final do Império até os primeiros anos do século XX, ver: TRICHES, Robertha Pedrosa. A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *Revista de Ciência Política*, n. 36, jul./ago. 2007, p. 01-15. Disponível em: <<http://www.achegas.net/expediente.html>>. Acesso em: ago. 2011.

Entrada

1851: 9.685 emigrantes

1852: 6.879 emigrantes

1853: 9.645 emigrantes

1854: 8.673 emigrantes

Total: 34.873 para o quadriênio

* média anual: 8.718 emigrantes

Saída

1851: 1.540 emigrantes

1852: 1.877 emigrantes

1853: 1.981 emigrantes

1854: 1.773 emigrantes

Total de 7.181 para o quadriênio

* média anual: 1.795 emigrantes

Observa-se que a média anual de entradas e saídas foi:

Entrada

1851: 807 emigrantes

1852: 572 emigrantes

1853: 804 emigrantes

1854: 714 emigrantes

Saída

1851: 128 emigrantes

1852: 156 emigrantes

1853: 165 emigrantes

1854: 148 emigrantes

Vale apontar também que, em relação aos meses de maior entrada da população no porto, destacam-se abril de 1853 (1.418 emigrantes), dezembro do mesmo ano (1.416 emigrantes) e março de 1854 (1.413 emigrantes). Já os menores

números ficaram entre os meses de janeiro e dezembro de 1852, e marcam entre 137 e 143 entradas, respectivamente. Já os meses de maior saída foram abril de 1854 (336 emigrantes) e de 1852 (306 emigrantes). Os menores números envolvem os meses de maio de 1851 e dezembro de 1853, em que as saídas representam entre 40 e 65 emigrantes.³⁹

Em relação às nacionalidades dos estrangeiros, os dados abaixo revelam as de maior incidência:

Portugueses: 22.300

Alemães: 4.323

Franceses: 462

Italianos: 203

Espanhóis: 192

Ingleses: 171

Suíços: 119

Americanos: 97

Argentinos: 68

Belgas: 38

Constata-se, portanto, que os emigrantes portugueses lideram as estatísticas do período e representam 22.300 emigrantes chegados nesse pequeno espaço de tempo. Conforme tínhamos destacado, a porcentagem da população portuguesa era de 30%, um percentual que, se somado a esses novos números, nos permite concluir que a presença dos emigrantes portugueses é marcante se compararmos com outras nacionalidades, como os alemães (4.323) ou os franceses (462). Isso significa que, além da corte de portugueses já estabelecida no país, existia intenso novo fluxo de estrangeiros vindo de Portugal para o Brasil, nas primeiras décadas do Segundo Reinado, sendo a busca de emprego uma das razões principais da emigração. E um dos setores que mais recebiam emigrantes de Portugal na zona urbana era o comércio, ampliando a população caixeiral na cidade do Rio de Janeiro.

³⁹ *Correio Mercantil*, 04 de janeiro de 1855 – Microfilmes da Biblioteca Florestan Fernandes.

Como vemos, a presença do elemento português era marcante. O número de caixeiros no Rio de Janeiro no início do século XIX era grande no setor do comércio: “para quarenta negociantes regulares, dois mil retalhistas e cem vendeiros, havia um número de quatro mil caixeiros, aprendizes e criados de lojas”.⁴⁰ Suas atribuições estavam divididas em diversas funções: caixeiro de balcão (encarregado, pelos comerciantes a retalho, de efetuar vendas nos balcões); caixeiro de fora ou de porta-fora (encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo); caixeiro de escritório (encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório, como cópias de cartas, faturas, de letras, ou das compras e vendas em grosso ou por atacado) e guarda-livros ou primeiro-caixeiro (fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa, além da correspondência).⁴¹

Todas essas funções eram características de um grupo socioprofissional cujos representantes podem ser encontrados dentro do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, fundado em 1837, pelo emigrante português Augusto José Marcelino da Rocha Cabral. Não vem ao caso narrar a história de fundação dessa associação de emigrantes, mas destacar que, apesar de esses portugueses do Gabinete não representarem a maioria da população carioca no século XIX, mas somente uma pequena parcela, eles ajudaram a formar tanto um público consumidor de literatura quanto agentes para atuar dentro da comunidade principalmente através da caridade, encarnada nas duas agremiações criadas pelo Gabinete. Não obstante, para além do “sentido de solidariedade”,⁴² presente nessas ações do Gabinete, sua biblioteca é uma de suas marcas na década de 1860 e ali encontramos um público consumidor de literatura que foi responsável pela movimentação dos leitores, pela circulação dos livros, pela assinatura de jornais e revistas e formação de um gosto.

⁴⁰ John Luccock apud Lenira Menezes Martinho. Os caixeiros como grupo socioprofissional. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*, p. 37.

⁴¹ Cf.: MARTINHO, Lenira Menezes. Os caixeiros como grupo socioprofissional, p. 38-39.

⁴² Esse princípio positivista do sentido de solidariedade aparece em muitos discursos da diretoria do Gabinete a partir de 1860 e orientou essas ações em prol dos menos favorecidos; contudo, não há espaço para desenvolver essa questão aqui. Sobre a expressão “sentido de solidariedade”, ver: RAMOS, Rui. A nação intelectual. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 6, p. 64.

Convencionou-se dizer que a leitura dos livros e também dos jornais era uma prática da leitura da elite e parecia vinculada somente a ela, o único estrato social capaz de gestar a cultura literária difundida no Brasil Imperial. No entanto, homens pertencentes aos estratos médios, desvinculados em determinado momento dos círculos dirigentes estamental-escravistas, também consumiam a literatura da época. Os emigrantes portugueses caracterizados como a classe caixeiral deram suporte a um gosto literário que era uma tendência dentro da sociedade carioca: o romance-folhetim francês. A amostragem que tivemos não é muito ampla; aliás, ela é pouco representativa e por conta disso parece confirmar que, de fato, os leitores eram poucos no Brasil oitocentista: “minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados”,⁴³ embora existentes e nem por isso menos significativos. Dessa forma, é possível fazer algumas generalizações acerca de uma parcela do público de consumo literário da década de 1860: tinha predileção pelo romance folhetim francês e pode ser localizada na classe média em gestação – a classe caixeiral do Rio de Janeiro.

Como vemos, a opinião pública no Brasil Império pode ser considerada uma metáfora, uma vez que gestada por poucos. Contudo, esses poucos não eram somente os membros da elite formada por barões, proprietários de escravos e bacharéis ricos (os altos funcionários públicos). Experiências de leitura e de formação de público como o Gabinete Português de Leitura e suas agremiações se deram dentro de espaços privados e representam situações em que um público existiu para além da elite brasileira.

⁴³ Marc Bloch apud Benedict Anderson. In: *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 43.